

**43º Encontro Anual da ANPOCS  
Caxambu, MG**

**SPG 12 – Entrelaçamentos entre Arte e Política: debates  
contemporâneos**

**Ativismo Negro, Poética Popular: o negro feminismo da  
poeta Jarid Arraes**

**Autores**

Lídia de Oliveira Matos (Mestre - UFS)  
lidiaomatos@gmail.com

Diego Ramon Souza Pereira (Doutorando - UFSCAR)  
diegoramonsouza@gmail.com

## **Ativismo Negro, Poética Popular: o negro feminismo da poeta Jarid Arraes**

Lídia de Oliveira Matos<sup>1</sup>

Diego Ramon Souza Pereira<sup>2</sup>

### **Resumo**

As manifestações artísticas constituem-se como uma ferramenta de construção e apreensão da realidade para pesquisas em Ciências Sociais. Neste cenário o problema de investigação é: “Como a poeta Jarid Arraes mobiliza a partir do cordel um ativismo negro feminista no campo virtual?”. Buscar-se-á compreender como as feministas negras, a exemplo da Jarid Arraes, utilizam o campo virtual para contestar e produzir novos valores. Na tentativa de entender a poética negra feminista produzida por Arraes, foram mobilizadas categorias sobre a noção de raça e racismo (FANON, 2008; MUNANGA, 2004), feminismo negro (GONZALEZ, 2011, 1988), feminismo descolonial (LUGONES, 2014), ciberativismo (JUNGBLUT, 2015) e “cordel-jornal” (GALVÃO, 2010; LUYTEN, 1992). A análise de conteúdo (AC) forneceu instrumentos para coleta e análise das representações a partir da construção de categorias e códigos, assim como também foi usado instrumentais fornecidos pela Netnografia (KOZINETS, 2014). Os resultados indicam uma relação íntima entre o cordel e a arte produzida por esta autora com algumas nuances sobre o que tradicionalmente se chamou de escrita popular.

**Palavras-chave:** Ciberativismo; Cordel; Feminismo Negro.

### **INTRODUÇÃO**

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita dos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer quanto

<sup>1</sup> Mestra em Antropologia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Graduada em Ciências Sociais na mesma instituição, pesquisadora vinculada ao Grupo de Estudos Culturais, Identidades e Relações Interétnicas- GERTS\UFS. Docente de Sociologia da Educação Básica do Estado da Bahia (SC/Ba), e-mail: lidiaomatos@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), especialista em Antropologia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), licenciado e bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Docente de Sociologia da Educação Básica do Estado da Bahia (SEC/Ba) e docente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), e-mail: diegoramonsouza@gmail.com.

qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher? [Sojourner Truth]

A produção analítica acadêmica sobre o papel da mulher na sociedade, no patriarcado, nas relações entre os sexos, com reflexo nas estruturas sociais, esteve atrelado a uma luta política que ganhou maior visibilidade com o movimento sufragista feminista. Todavia conforme narrado pela Sojourner Truth (afro-americana abolicionista e ativista dos direitos das mulheres) as demandas das mulheres negras naquele período não eram pautas do movimento feminista. É interessante pensar que conforme apontado por Truth, no discurso acima, as mulheres negras sempre trabalharam, então fica o questionamento: Qual era o perfil de classe e raça das sufragistas no começo do século XX pautando equidade nas relações de trabalho e direito ao voto? Posso afirmar que, com certeza, não foram as mulheres descritas por Truth, já que mulheres negras pleiteavam o *status quo* de serem consideradas mulheres.

Enquanto o movimento de sufragistas foi marcado por discursos de mulheres brancas. As mulheres negras serem tiveram pautas e demandas específicas. Rodal (2015) aponta é que a revolução promovida pelas mulheres não foi silenciosa, como alguns afirmam, mas sim silenciada, através de múltiplas estratégias, por vezes camufladas e reproduzidas na educação (RODAL, 2015, p.14).

Historicamente pode-se apontar que o Iluminismo marca um momento de modificações profundas no contexto social. Influenciado pelas concepções desse movimento que surge a ideia de cidadania, pondo, os participantes dessa como “iguais perante a lei”. Altera-se, portanto, o modo como as relações sociais vão se dá, cabendo definir quem é cidadão, quais os critérios para obtê-la e exercê-la.

O voto, a capacidade de eleger representantes no sistema político, é uma das principais formas de exercer a cidadania, por isso a luta pelo direito de expressar a vontade política foi uma das primeiras bandeiras do feminismo. Rodal

(2015) ao historicizar o Feminismo, mostra que a palavra surge no ano de 1837, diante das mudanças sociais que passam a definir o que seria cidadania. A autora aponta que, “a luta se dava pela necessidade das mulheres de obterem os mesmos direitos civis e políticos dos homens, assim dariam os primeiros passos em direção à justiça social”. (RODAL, 2015, p. 14)

Outra forma de apagar as produções das mulheres foi o reforço da crença que elas eram biologicamente dotadas para desempenhar certos papéis e outros não. Seriam aptas a reproduzir, cuidar dos filhos e da família, dimensões do espectro da natureza, mas não dispunham de habilidade para se inserirem no mercado de trabalho formal, ramo da cultura, e lhes faltavam faculdades que a dotassem de um espírito racional.

Convencionou-se dividir o movimento Feminista em ondas. Essas divisões compreendem períodos históricos nos quais as reivindicações organizavam as mulheres em lutas. A primeira onda do Feminismo é marcada pelo movimento sufragista no início do século XX, em que as mulheres se organizaram em torno da luta pelo direito ao voto, condição restrita aos cidadãos, nesse caso, os homens, e não todos.

As primeiras mobilizações feministas resultaram na abertura de escola para mulheres, centros de reuniões, e conquistas para mulheres tanto da classe burguesa quanto trabalhadoras. No século XX os ganhos dessa primeira onda começam a se evidenciar mais com o exercício do voto pelas mulheres e a representação política.

A segunda onda tem seu início nos anos 70, como marca Rodal (2015) não mais se fala em Feminismo no singular, mas sim Feminismos, pois o sujeito desse movimento começa a ser questionado. A categoria mulher, no singular, não consegue abranger todas as experiências vividas, assim as múltiplas vivências começam a tensionar as pautas do movimento.

A obra “O segundo sexo”<sup>3</sup> da filósofa francesa Simone de Beauvoir (2014), marco no esforço de desnaturalizar os papéis de gênero, mostra que o “ser mulher” e as atribuições que isso implica não é algo natural, mas aprendido

<sup>3</sup> A primeira edição do livro foi lançada no ano de 1949, momento posterior a II Guerra Mundial.

socialmente. O esforço em desnaturalizar a condição da mulher, as diferentes experiências vividas por elas, os modos de perceber o ativismo, a luta feminista, as inclinações políticas que orientam, provocam o surgimento de várias vertentes do movimento, cada um com especificidades nas pautas, repertórios de ação e filiação política.

Outras vozes também começam a lutar por espaço como as lésbicas, muito silenciadas dentro do movimento que tinha por referência as mulheres heterossexuais e as mulheres negras que as suas experiências marcadas por processos de colonização e diáspora também passam a reivindicar com mais força as suas pautas. Asunción Rodal (2015) marca a terceira onda do feminismo como “inserida na pós-modernidade global e integrada pela rede mundial de computadores, o acesso a estes e a internet, revoluciona todos os movimentos sociais, e os Feminismos também, que passam a dispor do ciberespaço, como um local de ação política” (RODAL, 2015, p.32).

É nesse cenário social e político que se inseriu o problema de investigação dessa comunicação: “Como a poeta Jarrid Arraes mobiliza a partir do cordel um ativismo negro feminista no campo virtual?” É através do ciberespaço que conforme aponta Rodal (2015) insere-se essa nova atuação dos movimentos sociais, portanto “a internet é um meio de comunicação que permite, pela primeira vez, a comunicação de muitos com muitos, num momento escolhido, em escala global” (CASTELLS, 2003, p. 8). Os diversos produtos humanos estão sendo enredados nela, assim, ficar ou estar “desconectado” (não ter acesso à Internet) é estar fora desta rede de troca de informações.

Castells (2003) mostra que três fatores propiciaram a integração da sociedade em redes, a necessidade da globalização do capital, os anseios sociais de desfrutarem mais liberdade e de se comunicar. O avanço no desenvolvimento dos computadores e na tecnologia de informação permitiram o surgimento do que ele chama de “sociedade de rede” (CASTELLS, 2003, p. 8).

Para esse autor o fenômeno rapidamente centralizou a totalidade da vida social, mesmo vista com desconfiança em suas primeiras interpretações ele afirma: “Nem utopia nem distopia, a Internet é a expressão de nós mesmos

através de um código de comunicação específico, que devemos compreender se quisermos mudar a nossa realidade.” (CASTELLS, 2003, p. 11).

Nessa comunicação foi utilizada do método Análise de Conteúdo (AC) através das técnicas de análise do documento e da etnografia no campo virtual. A netnografia, ou etnografia virtual é definida por Robert Kozinets (2014) como “abordagem da etnografia aplicada ao estudo de culturas e comunidades *online*” (KOZINETS, 2014, p. 14).

Os instrumentais da Netnografia (KOZINETS, 2014) nos possibilitou pensar e adentrar o campo, como também na captação dos dados oriundos da internet e das redes sociais. Todavia a abordagem feita deste material foi de cunho qualitativa, através da Análise de Conteúdo (AC). De acordo com Bauer (2002), a abordagem qualitativa, utilizada no caso desta pesquisa, o próprio fazer literário, a partir das representações presentes no texto, pode apontar um relacionamento entre autor e seu público leitor, interlocução entre os acontecimentos históricos e sociais da época. Bauer (2002) classifica a AC como mista, pois seus recursos flertam em relação à abordagem qualitativa e quantitativa concomitantemente.

A AC tende a diminuir a complexidades de um aglomerado de textos através de uma leitura sistemática do documento. Neste sentido, a AC deve se subordinar à teoria do pesquisador e ao fenômeno pesquisado. Há diversas interpretações possíveis dentro de um *corpus* investigativo, quando se usa a AC, a lente teórica utilizada pelo pesquisador definirá o que fazer com os dados e os achados da pesquisa. Neste tocante, a AC “traça um meio caminho entre a leitura singular verídica e o ‘vale tudo’, e é, em última análise, uma categoria de procedimentos explícitos de análise textual para fins de pesquisa social” (BAUER, 2002, p. 191).

No contexto atual, não há uma separação entre “real” e “virtual”, como nas primeiras experiências de comunidades na web que presumiam serem formadas por pessoas que não se conhecia ou buscavam o sigilo sobre suas identidades, podendo viver de modo diferente do “real”, ambos se influenciam mutuamente, assim a Netnografia nos auxilia na análise dos produtores de conteúdo e grupos

organizados em rede que participam dessa cultura *online*.

## **2. RAÇA, RACISMOS E CIBERATIVISMO: CONCEITOS FUNDAMENTAIS**

Proveniente das Ciências Naturais, a noção de raça se refere aos espécimes que possuiriam um ancestral comum, a primeira classificação baseada nesse conceito feita pelo naturalista Carl Vonn Linné, separando assim as plantas em vinte e quatro raças/espécies distintas. O conceito recebeu um significado social definindo uma linhagem de um grupo de pessoas que possuíam um ancestral comum, no século XVI. Ele passa a ser extensivo as pessoas pertencentes a determinada classe social, como ocorreu na França no momento do conflito entre os francos e os gauleses (MUNANGA, 2000, p. 17).

Este conceito começa a ser usado para diferenciar grupos humanos por volta do século XVII, tendo como critério para esses, aspectos físicos, como por exemplo a cor da pele, surge, portanto, uma divisão em três grupos, básicos: a raça branca, negra e amarela. Nessa configuração o conceito de raça deixa de operar apenas no campo da biologia, marcando hierarquias sociais e relações de sujeição advindas das características morais, físicas e intelectuais atribuídas aos grupos por conta da herança biológica.

O esforço em diferenciar as pessoas pertencentes a determinada raça esteve relacionado com a busca pela “pureza do sangue”, isso garantiria a perpetuação dos caracteres fenotípicos, intelectuais e morais, servindo também para justificar a hereditariedade como critério de manutenção das classes sociais e das relações de sujeição De seres humanos marcados pela hierarquização das diferenças raciais.

O conceito de raça é mobilizado como repertório/justificativa para fundamentar a dominação e exploração da população negra pelos brancos europeus. Os caracteres biológicos eram tidos como determinantes dos elementos morais, intelectuais, e físicos dos sujeitos. Nesse cenário os negros eram vistos como não humanos, bestializados, movido pelas emoções, sexuais, desprovidos de alma (SOUSA, 1983). Essas e outras características estariam inscritas em seu sangue, por isso toda espécie estaria fadada a nascer com essas

características, por sua condição esses podiam ser dominados e escravizados sem nenhum receio, essa visão sustentou o regime escravocrata (SCHWARCZ, 1993).

Para Fanon (2008) as imagens construídas em torno do colonizador e do colonizado terminam por alienar o segundo. A condição de colonizado coloca-o em uma situação de derrotado e explorado, recebendo toda a carga negativa que essa construção o impõe. O colonizado termina por internalizar essas ideias e por muitas vezes naturaliza, levando o sujeito a um processo de tentar expurgar ou esconder do seu corpo elementos, traços que remeteria ao período da escravidão, subalternidade, desumanização, indo além do discurso de Truth acima, “eu não sou gente”.

O processo de desumanização, chegava também no entendimento sobre a miscigenação, cujos seres seriam inférteis. Essa lógica interpretativa vem dos estudos biológicos dos cruzamentos entre espécies distintas, a “teoria científica” de Joseph A. Gobineau aplicada para o contexto social, fora compreendida pela psicóloga Iray Carone (2002) a partir de:

O racismo de Gobineau estava fundado na visão poligenista da humanidade e condenava o cruzamento inter-racial, que tem como consequências a perda da pureza do sangue da raça branca e superior e a produção de seres inférteis e incapazes - os sem-raça - que viriam a comprometer o potencial civilizatório de nosso povo. O mestiço seria o mulato, equivalente a mula, animal híbrido derivado do cruzamento do jumento com égua ou do cavalo com a jumenta. (CARONE, 2002, p. 14)

Duas correntes aglutinavam os pesquisadores que buscavam refletir sobre a origem da humanidade: visão monogenista (até meados do sec. XIX) influenciada por uma visão religiosa do surgimento da humanidade toda ela originária de um único ancestral. A degeneração em relação ao pai fundador da humanidade, no caso Adão, explicaria a diversidade humana.

O desenvolvimento das ciências biológicas propiciou o surgimento de outra corrente, a poligenista, que buscava compreender como a humanidade surgiu, haveria “vários centros de criação” (SCHWARCZ, 1993, p. 48). Isso justificaria a existência das várias raças, se opondo aos dogmas religiosos e sendo reforçado



pelo surgimento de disciplinas científicas como a frenologia e antropometria, tendo por expoente o Conde de Gobineau (na Europa) e o Nina Rodrigues (no Brasil).

O uso de medidas corporais para estabelecer diferenças, aptidões, inclinação a violência e a criminalidade começam a ser usadas em meados do século XIX, precisamos destacar que é a população negra o alvo privilegiado dessas pesquisas, medições, tinham os resultados destas vinculados a características negativas (RODRIGUES, 2008a, 2008b).

Das relações conflituosas entre populações de raças distintas e as consequências sociais dessa, surge o racismo que é definido por Munanga (2004) como “uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural”. (MUNANGA, 2004, p. 24) foi esse tipo de crença que sustentou por tantos anos o sistema escravocrata e deixou sua marca em diversos países e também no Brasil.

com os progressos realizados na própria ciência biológica (genética humana, biologia molecular, bioquímica), os estudiosos desse campo de conhecimento chegaram à conclusão de que a raça não é uma realidade biológica, mas sim apenas um conceito alias cientificamente inoperante para explicar a diversidade humana e para dividi-las em raças estanques. Ou seja, biológica e cientificamente, as raças não existem (MUNANGA, 2000, p. 21).

Mesmo com a inoperância científica do conceito de raça, ele continua presente na separação entre os seres humanos que possuem características morfológicas distintas, Munanga (2000) aponta que, apesar de o conceito surgir nas ciências biológicas, passa a ser usado socialmente para hierarquizar e justificar relações de abuso e exploração dos seres considerados racialmente inferiores, estes no geral a população que foi colonizada pelos europeus descobridores das novas terras.

Entendemos o conceito de raça como um esquema que opera política e socialmente baseada em aspectos biológicos, mas constantemente negociados e renegociados (*vide* Schwarcz, 1993, p. 47). Conhecer as conjunturas sociais do

momento onde o conceito de raça começar a ser usado aplicado ao social, nos ajuda a entender por que até hoje ele opera separando os indivíduos.

Atravessando as relações de gênero com a questão racial, temos a análise de Lugones (2014) cuja proposta é analisar contextos colonizados na busca de como se dão as estratégias de resistência diante das imposições da colonialidade de gênero. Esse cenário inicia-se a partir do século XVI como modernidade, um primeiro momento colonial, instante dos grandes descobrimentos e com o desenvolvimento industrial surge a modernidade capitalista.

A autora aponta que “a modernidade organiza o mundo ontologicamente em termos de categorias homogêneas, atômicas e separáveis” (LUGONES, 2014, pg. 235) ela enfatiza que os pares se estabelecem dentro dessas relações, como a que se dá entre colonizador e colonizado. Tal relação passa pela desumanização dos últimos visto como selvagens, incontroláveis sexualmente, ao passo que o homem branco colonizador representava a racionalidade, iluminação, como já mencionamos acima, o perfeito sujeito do iluminismo, ao que ela acrescenta as mulheres brancas burguesas eram vista como apenas reprodutoras da raça, e as mulheres escravas, indígenas, outras não brancas, não eram vistas como mulheres (LUGONES, 2014, p. 939).

Por muito tempo o Feminismo fez um esforço de dar voz às mulheres, mas estas eram postas uma categoria homogenia, nos anos 80 a intelectual brasileira Lélia Gonzalez (2011, 1998) levanta a impossibilidade de pôr todas as experiências do ser mulher debaixo de uma única categoria. Para ela as experiências vivenciadas dentro de diferentes interseções como raça, classe social, escolaridade ocasionam diferentes trajetórias, assim as mulheres negras, indígenas, brancas, colonizadas, não colonizadas teriam vivido situações distintas, que precisavam ser explicitadas.

Gonzalez (1988), é uma das primeiras teóricas a questionar os saberes produzidos e as lógicas de exclusão de vozes oprimidas dentro desse. A autora dá destaque à desumanização dos sujeitos colonizados que se dava principalmente pelo racismo justificado pelas hierarquias estabelecidas, apagando a história pré-colonial dessas populações, suas instituições,

cosmologias, técnicas, fazendo com que estes sejam reconhecidos como seres puramente emocionais, conseqüentemente incapazes de narra a sua história, sendo o relato acerca da humanidade, redigido por homens brancos e europeus (HOLLANDA, 2018).

O trabalho de Gonzalez (2011, 1998) busca compreender o que é ser mulher negra na sociedade brasileira, percebendo quais são os estereótipos construídos a partir do gênero codificado pelo racismo, aponta-se com isso três tipos: a mãe preta, a mulata e a doméstica. Portanto o “tornar-se negra” é uma construção que vai ocorrendo mediante as experiências vividas pelas mulheres, essas vão percebendo como se dão as relações inter-raciais, compreendendo que a negritude não é algo natural.

Partindo desse entendimento ela promove uma crítica ao feminismo que até então colocava todas as experiências sobre o ser mulher, sem se atentar já que diferentes constructos sociais modificam as histórias de vida, a raça, a classe, as sexualidades afetam de maneiras diferentes, produzindo assim mulheres e não uma única mulher universal.

Esta pulverização de vozes, demandas e as múltiplas subjetividades encontram na internet um terreno fértil. Afinal é no campo do virtual que os valores podem ser conservados, refutados e reconfigurados, já que não há uma clara hierarquia e os centros de poder são deslocados, permite-se com isso o surgimento de movimentos sem líderes nos moldes da militância mais tradicionais.

Para Jungblut (2015), o ciberativismo é o termo que tem sido usado para nomear as manifestações de indivíduos ou grupos que propagam seus interesses e reivindicações através de campanhas que se tornam “virais”, este termo é usado pela velocidade com que essas campanhas se produzem e disseminam, alcançando um grande número de pessoas em algumas horas.

De acordo com Zago (2010) ela aponta que nos anos que seguiram ao surgimento das *webs* páginas, por volta dos anos de 1990, estas eram pouco atualizadas, não havendo novas postagens, mas com o crescimento do acesso à internet e a diversificação dos produtores de conteúdo, vemos uma mudança

neste panorama

Ao invés de serem lugares para se visitar, as páginas da web passaram a se tornar plataformas de interação, espaços abertos os quais permitem que qualquer um possa não só consumir como também produzir conteúdo (ZAGO, 2010, p. 2).

Para Jungblut (2015), o ciberativismo é o termo que tem sido usado para nomear as manifestações de indivíduos ou grupos que propagam seus interesses e reivindicações através de campanhas que se tornam “virais” (JUNGBLUT, 2015, p.13), este termo é usado pela velocidade com que essas campanhas se reproduzem e disseminam, alcançando um grande número de pessoas em algumas horas.

A partir desse pressuposto Jungblut (2015) usa o termo ciberativismo “para nomear a ação política que grupos e/ou indivíduos praticam no ciberespaço [...] o que é tratado por ‘ação política’ guarda correlação com sua correspondente *off-line*” (JUNGBLUT, 2015, p.14). Por fazer uma análise baseada na agência, o autor vai apontar para diferentes níveis de intencionalidade, características fundamentais no estudo da ação política. Assim distingue ações com baixa intencionalidade conscientizada (JUNGBLUT, 2015, p.17), que seriam se vincular a algum partido político, ONGs, causa, entre outros elementos ao adicionar essas informações em um perfil nas redes sociais.

Isso mostra um dos desafios para compreender esse fenômeno. A desordem é um imperativo dentro do cenário da internet, intrínseca a nos esforçamos para pôr em ordem um conjunto de fatos, acontecimentos, eventos, pôster, comentários, vídeos, enfim. Diferentes tipos de conteúdo são postados na Internet possuindo diferentes níveis de recepção. Assim, quando fazemos pesquisa no ciberespaço acabamos por recortá-la de forma bem precisa no tempo e espaço, além de que a facilidade em excluir o conteúdo pode fazer com que algumas dessas informações que estão sendo usadas como fonte na pesquisa possa simplesmente desaparecer do dia para noite.

A partir desse contexto social de globalização e multiculturalismo novos tipos de ativismo e reivindicações são colocados a baila. Cada vez mais

transversais, tendo o protagonismo da sociedade civil como um dos grandes ganhos e isto acontece pelos diversos mecanismos que este espaço propicia: textos científicos, imagens, vídeos, poesia e também cordel.

### **3. JARRID ARRAES E SEUS CORDÉIS**

Os estudiosos das Ciências Sociais podem se valer de inúmeras fontes para criação dos seus dados, como construção da realidade social, a literatura apresenta-se como um desses suportes. Dessa interação entre a existência dos aspectos socioculturais e a literatura, de acordo com Candido (1993) resulta “todo o processo de comunicação [em que] pressupõe um comunicante, no caso o artista; um comunicado, ou seja, a obra, um comunicando, que é o público a que se dirige; graças a isso define-se o quarto elemento do processo, isto é, seu efeito” (CANDIDO, 1993, p. 20, acréscimo nosso).

É na esteira interpretativa anunciada por Antonio Candido (1993, 1980) que está comunicação se ambienta, descola-se da interpretação estética e de editoração das narrativas e filia-se a compreensão da arte, em especial da literatura de cordel, como um local de representações acerca da realidade e também construindo realidades a partir de elementos do contexto sociocultural e político. Com isso a arte constrói imaginários, como também realidades e opinião pública a respeito dos acontecimentos da época.

Devido a isso, essa comunicação analisou a partir dos cordéis produzidos pela poetisa Jarid Arraes como tem se dado o ativismo negro feminista no campo virtual. A plataforma digital apresenta-se como um cenário fértil e de grande alcance na conservação, refutação e produção de novos sentidos, experiências sobre questões atreladas a vida humana, a exemplo das relações de raça e gênero.

Então, quem é a nossa poetisa? Jarid Arraes é autora e cordelista, nascida em Juazeiro do Norte, Região do Cariri Ceara, começou a sua carreira escrevendo para Blogs, páginas na internet onde são publicados textos e imagens, colaborou com blogs como Blogueiras feministas e Blogueiras Negras,

tem uma importante atuação junto a coletivos feministas como a Casa Lua e Grupo de Mulheres Negras do Cariri, sua primeira publicação foi o livro “As lendas de Dandara”, no ano de 2015, lançado de maneira independente, teve a sua primeira tiragem esgotada e foi republicada pela editora de Cultura, esta obra, traduzida para o Francês no ano de 2018<sup>4</sup>.

Partindo dos cordéis<sup>5</sup> publicados pela autora, vídeos e reportagens tentou-se perceber como a escrita dela coteja as pautas do feminismo negro. Relaciona então demandas sociais e produção de novos valores com uma escrita melódica e cantada, sugerida pela poética popular, o cordel. Fica claro que o objetivo de Arraes é trazer visibilidade para os feitos das mulheres negras, esses cordéis estão sendo usados em sala de aula como recurso para efetivação da lei 10.639/03 acerca da obrigatoriedade do ensino de cultura afro-brasileira (AZEVEDO JÚNIOR e ROCHA, 2017).

Os termos “cordel”, “literatura popular nordestina” ou “literatura popular em verso” foram usados nesse trabalho de forma sinônimas para identificar os folhetos vendidos em cordões, barbantes ou sobre uma lona no chão das feiras livres<sup>6</sup> (MATOS, 2010). A origem portuguesa dos folhetos de acordo com Maxado (2007), em 1769, o rei João V, de Portugal, remonta a expedição de um decreto determinando que só os cegos podiam vender este tipo de folheto. Devido a isso, estas narrativas, ficaram conhecidas como “Literatura de Cego”, comercializada primeiramente na porta das igrejas e feiras. Os temas principais dos folhetos portugueses giravam em torno da narrativa do amor e sofrimento, dos mitos heroicos, das aventuras de cavalaria, entre outros (ALVES SOBRINHO, 2003; CAMPOS, 1959; LONDRES, 1983; LUYTEN, 1992; TERRA, 1983).

Haurélio (2007) faz uma bela narração sobre a origem dos cordéis

<sup>4</sup> Informações disponibilizadas pela autora Jarid Arraes em sua página na internet, disponível em <http://jaridarraes.com>, na aba sobre.

<sup>5</sup> Os termos “cordel”, “literatura popular nordestina” ou “literatura popular em verso” foram usados nesta comunicação de forma sinônimas para identificar os folhetos vendidos em cordões, barbantes ou sobre uma lona no chão das feiras livres. Só em meados dos anos 50 do século XX foram denominados de cordéis (*vide* Galvão, 2010).

<sup>6</sup> Só em meados dos anos 50 do século XX foram denominados de cordéis (*vide* Galvão, 2001).

nordestinos, conforme se vê abaixo

A poesia popular impressa e herdeira do romanceiro tradicional, da literatura oral (em especial dos contos populares, com predominância dos contos de encantamento). O cordel é um dos galhos da árvore da poesia popular, como o repente também o é. Mas, cordel e repente não são a mesma coisa, pois, à medida que a árvore cresce, os galhos vão se distanciando, embora estejam unidos pela origem comum (HAURÉLIO, 2007, p. 15).

De acordo com esse fragmento, o cordel e o repente<sup>7</sup> compartilham da mesma origem, a literatura oral. A produção escrita, o cordel, configura-se por livretos escritos em formas de rimas ou estrofes que, em relação à formatação do texto pode “conter quatro versos chamados de quadra, sextilhas – contendo seis versos, septilhas ou sete versos, e décima – conjunto de dez versos” (GALVÃO, 2001, p. 3). Neles, os decassílabos aparecem em menor número e a sextilhas é a formatação mais comum das narrativas de cordel.

Para Cascudo (1978), a “forma absolutamente vitoriosa na literatura de cordel brasileira, ABCBDB<sup>8</sup>, é tão antiga quanto à quadra” (CASCUDO, 1978, p.351), significando, para ele, que as rimas são intercaladas aos versos livres, por isso presentes nos 2º, 4º e 6º versos, representados no trecho pela letra B. Já em relação ao número de páginas Joseph Luyten (1992) afirma que antigamente, os nomes dos folhetos eram dados de acordo com o número de páginas: os de oito eram chamados de “folheto” (nome, hoje, genérico); os de 16 páginas eram os “romances” e geralmente “tratavam de assuntos amorosos, na maioria das vezes trágicos.” Os de 32 páginas em diante chamavam-se “histórias” e “eram feitos pelos melhores poetas” (LUYTEN, 1992, p. 45).

Quando ainda não havia  
O Rádio e a televisão  
E os jornais não chegavam  
Pra toda população

7 Repente, também chamado de Cantoria, baseado, em síntese, ao improviso entre dois cantadores, geralmente utilizando uma viola (instrumento de cordas).

8 Sigla referente à representação gráfica da métrica usada nas rimas dos cordelistas da primeira geração (MATOS, 1986).

O folheto de cordel  
Era o jornal do sertão. (LIMA, 2006, p. 85).

O fragmento acima aponta a relação entre as narrativas dos cordéis e as reportagens jornalísticas, perspectiva que foi adotada para analisar os cordéis da Jarrid Arraes. Nesta esteira, Luyten (1992) define o cordelista do “cordel-jornal”, como aquele que “apreende um acontecimento com sua sensibilidade, empresta-lhe a perspectiva da sua cosmovisão e o retransmite numa linguagem popular, dentro do campo de referência dos seus leitores” (LUYTEN, 1992, p. 49). Nessa configuração o cordel narra fatos, completamente diferente da narração do jornal, ao cordelista ele além de narrar, interpreta os fatos, opina sobre ele e “reflete e ajuda a formar a opinião pública ao redor” (LUYTEN, 1992, p. 49) dentro de uma escrita puramente parcial, na qual a ênfase da narrativa não é o fato, todavia as posições dos agentes, “o bonzinho” e o “vilão”.

Já as narrativas dos jornais, estão preocupadas com a “veracidade” dos fatos, ou pelo menos, vão contando paulatinamente o desenrolar do caso. A ênfase dada ao jornalista é no caso, na notícia, tentando a todo modo ilustrá-la com riqueza de detalhes. A partir disso (GALVÃO, 2010) sinaliza “No folheto, o poeta omite diversos dados que parecem fundamentais para a compreensão da história” (GALVÃO, 2010, p. 123), é na omissão dos dados que o cordelista constrói e compartilha sua visão de mundo, alicerçando uma opinião pública.

É através dos cordéis de cunho jornalístico, denominados aqui de “cordel-jornal” que nos auxilia no entendimento sobre o público leitor, chamado por Galvão (2010) como “leitor/ouvinte”. Essa denominação, leitor/ouvinte, encontra-se concatenada com o contexto histórico das narrativas poéticas, pois o início da escolarização pública e conseqüentemente a diminuição das taxas de analfabetos ocorreria no nosso país por volta dos anos 30 e 40 do século XX. O leitor/ouvinte, para Galvão (2010) não estaria interessado na notícia e sim, através da narrativa, reforçar certos valores compartilhados socialmente que apontam uma visão de mundo.

Em relação a produção literária de Arraes, seu primeiro livro de prosa “As lendas de Dandara” (publicado em 2017) ela evidenciou o contraponto desta



subserviência atribuída ao negro no período colonial, como apontou Fanon (2008). Desvendar que Dandara não foi apenas a mulher do líder de Palmares, Zumbi, ela já era uma liderança política e social antes da constituição do casal e isso era tão forte que a mesma também se mostrou como uma personagem a ser tratada como problema de Estado. Então Dandara, evidenciada pela Arraes, aniquila a tese da degenerescência racial mostrada por Nina Rodrigues (2008 a, 2008 b) com a qual o ser negro possui uma incapacidade física e mental, um ser de segunda categoria.

O texto analisado para essa comunicação foi uma compilação de cordéis já anteriormente produzidos e publicados pela autora, de maneira individual. Cujas obras levaram o mesmo nome da coleção “Heroínas Negras”, uma coletânea de quinze cordéis, lançado pela editora Polén, publicado em 2017, com um total de cento e setenta e seis páginas. Em resumo, esta obra apresenta a trajetória/biografia em ordem alfabética e não cronológica de quinze personalidades importantes de mulheres negras.

São elas, em ordem de apresentação: Antonieta de Barras, Aqualtune, Carolina Maria de Jesus, Dandara, Esperança Garcia, Eva Maia do Bonsucesso, Laudelina de Campos, Luísa Mahin, Maria Felipa, Maria Firmina, Mariana Crioula, Na Agontimé, Tereza de Benguela, Tia Ciata, Zacimba Gaba. E no último capítulo apresenta-se um espaço interativo do leitor, intitulado “Conte a sua história”.

A biografia destas personalidades ora flerta com o contexto escravocrata que viveram, como por exemplo: Maria Felipa, Dandara ou Aqualtune, por exemplo. Ora são personagens contemporâneos como por exemplo: Carolina Maria de Jesus, Antonieta de Barros, Laudelina de Campos entre outras, personalidades que marcam a militância negra brasileira.

A partir de agora serão destacados alguns trechos pontuais dos cordéis. Iniciaremos com a escritora Como por exemplo, a escritora mineira Carolina Maria de Jesus, cuja Jarrid Arraes (2017)

Recomendo que pesquise  
Muito mais dessa escritora

Que era mãe, era poeta  
Era forte inspiradora  
E ainda era uma artista  
Com talento de cantora. (ARRAES, 2017, p. 41)

Mesmo Carolina Maria de Jesus, tendo sido reconhecida como escritora a partir da publicação da obra *Quarto de Despejo*, Arraes (2017) evidencia as demais possibilidades artísticas da escritora que ficou registrado em diversos acervos e institutos do país.

Por racismo e elitismo  
Pouco dela hoje se fala  
Mas tamanho preconceito  
Seu legado jamais de cala  
É por isso que eu lembro  
E meu grito não entala.

Carolina é um tesouro  
Para o povo brasileiro  
É orgulho pras mulheres  
Para o povo negro inteiro  
Referência como exemplo  
De valor testamentário. (ARRAES, 2017, p. 42)

O processo de subserviência e subalternidade que passa a população negra, particularmente as mulheres negras (SOUZA, 1983), está expressa no fragmento acima. Pois com toda a notoriedade da sua obra deu-se para a questão racial e a situação desumana das favelas paulistas na segunda metade do século XX, “pouco dela hoje se fala”. Arraes (2017) atribui este esquecimento ao “tamanho preconceito”, todavia “seu legado jamais se cala”. Então Arraes (2017) corrobora com o que Munanga (2000) sinaliza sobre memória, negritude e esquecimento.

No cordel sobre a catarinense Antonieta de Barros, Arraes (2017) evidencia a importância do cordel como ferramenta de militância, conforme se percebe no trecho abaixo:

Nas escolas não ouvimos  
Essa história impressionante

Mas eu uso meu cordel  
Que também é importante  
Para que você conheça  
E não fique ignorante. (ARRAES, 2017, p. 22)

O esquecimento dado a essas autoras pela historiografia escolar sinaliza o racismo institucional presente nas estruturas escolares do nosso país, não só a invisibilidade da sala de aula, mas também sua não presença nos currículos escolares (MUNANGA, 2000). E a arte, tendo por cordel seu destaque, pode ser usado como mecanismo propulsor dessas ideias.

Arraes (2017) ainda nos aponta

É por isso que eu digo:  
Antonieta é exemplar  
E além de inspiradora  
Pode muito desbravar  
Foi abrindo os caminhos  
Pra gente passar (ARRAES, 2017, p. 21).

Esse é o nosso papel  
Considero obrigação  
Pra acabar o preconceito  
Pra espalhar informação  
Destruindo esse racismo  
E gerando inspiração (ARRAES, 2017, p. 22).

Conforme evidenciado por Lugones (2014) e Rodal (2015) o racismo penetra na vida das sujeitas negras e que valorizar outras referenciais é a primeira etapa para a construção de outras narrativas. Histórias essas que não perpetuem situações de vulnerabilidade e subalternidade. Arraes (2017) sinaliza que a reconfiguração de outras narrativas só é possível a partir de dois movimentos “destruindo esse racismo/ e gerando inspiração” só que isso é possível quando se “espalha a informação”.

Ao falar sobre a princesa Aqualtune, filha do rei do Congo, Arraes (2017) “lutou contra a invasão do seu reino, mas foi derrotada e trazida como escrava para o Brasil. Mãe de grandes líderes negros Ganga Zumba, Gana e Sanin, mãe de Zumbi dos Palmares” (ARRAES, 2017, p. 33).

Uma história como a dela  
Deveria ser contada  
Em todo livro escolar  
Deveria ser lembrada  
No teatro e no cinema  
Que ela fosse retratada.

Mas se eu tivesse sozinha  
As informações buscar  
Foi porque ouvi seu nome  
Uma amiga mencionar  
E por curiosidade  
Fui online pesquisar.

A história do meu povo  
Nordestino negro e forte  
É tão rica e importante  
É vitória sobre a morte  
Pois ainda do passado  
Modificam nossa sorte.

Quando penso em Aqualtune  
Sinto o encorajamento  
A vontade de enfrentar  
De mudar neste momento  
Tudo aquilo que é racismo  
E plantar conhecimento (ARRAES, 2017, p. 32).

As narrativas que apontam posições de prestígio ou luta da população negra, tendem a serem negligenciadas pelas escolas, pelos currículos, pela historiografia oficial (MUNANGA 2004, 2000). Então conforme sinaliza a passagem acima, usando o desconhecimento sobre o exemplo da princesa Aqualtune, trajetórias de negros e negras que fogem do estereótipo de escravo, subserviente entre outras posições de subalternidade não é lembrada “em todo livro escolar/(...) no teatro e no cinema / que ela fosse retratada”. Então ao longo do cordel sobre Aqualtune a autora evoca o leitor “a vontade de enfrentar/ de mudar neste momento / tudo aquilo que é racismo”.

Já ao falar de Dandara dos Palmares, Arraes (2017) aponta ser “parceira de Zumbi dos Palmares (...). Em conflito, estando acuada e com sentença de retornar a condição de escrava, atirou-se de uma pedreira, preferindo a morte do que o retorno ao julgo” (ARRAES, 2017, p. 53).

Até mesmo a sua morte  
De heroísmo foi repleta  
E a mensagem que anuncia  
Entendemos bem completa:  
Rejeitar a rendição  
É a nossa condição  
Como um grito de alerta. (ARRAES, 2017, p. 51)

Dia 20 de novembro  
Dia de lembrar Zumbi  
É também dessa Dandara  
Que devemos incluir  
O seu nome celebrado  
Sim, merece ser honrado  
E no peito se sentir. (ARRAES, 2017, p. 52)

O esquecimento dado a participação de Dandara no dia 20 de novembro, já é um sinal de alerta apontado por Gonzalez (1988), pois mesmo em um evento de resistência da população negra, apenas o homem negro é exaltado. Conforme descreve Arraes (2017) “Dia 20 de novembro/ dia de lembrar Zumbi/é também dessa Dandara/ que devemos incluir”. Outra estratégia de luta e resistência evidenciado no fragmento por Arraes (2017) é “rejeitar a rendição”, pois conforme fez Dandara antes à morte do que o retorno à escravidão.

Outra belíssima narração, é feita sobre Esperança Garcia “escrava alfabetizada por jesuítas, no século XVIII, escreveu uma carta denunciando os maus tratos destina ao presidente da Província de São José do Piauí, (...) é considerada a primeira advogada negra” (ARRAES, 2017, p. 63). Destaca-se do texto não o caráter biográfico da personagem e sim o chamado para a reflexão sobre a postura e o legado que Esperança Garcia nos deixou:

É por isso que Esperança  
Na História se mantém  
Porque teve essa coragem  
E porque foi muito além  
Não ficou só em silêncio  
E mostrou que era alguém.

Se você não conhecia  
Essa história inspiradora  
Peço que também espalhe  
Porque é transformadora  
A verdade de Esperança  
Essa grande lutadora.

São inúmeras mulheres  
Que peitaram toda luta  
Enfrentando o racismo  
E com garra na labuta  
Construíram um caminho  
Sempre com a mente astuta (ARRAES, 2017, p. 61)

Por causa dessas mulheres  
Hoje temos liberdade  
É por isso que me orgulho  
Da minha ancestralidade  
Preservar é um prazer  
E responsabilidade (ARRAES, 2017, p. 62)

Na mesma esteira da resistência e na exaltação do poder feminino negro,  
a autora também retrata no cordel da Luísa Mahin

Gostaria que Luísa  
Fosse muito mais lembrada  
Nas escolas brasileiras  
Fosse sempre ali citada  
É por isso que lutamos  
Pra que seja memorada.

E para muitas mulheres negras  
Mahin é uma referência  
Um espelho poderoso  
Dessa forte resistência  
É coragem feminina  
E também resiliência.  
(...)  
Esperamos que um dia  
De você saibamos mais  
E talvez nos encontremos  
Com os nossos ancestrais  
Com respeito e reverência  
Nas raízes culturais. (ARRAES, 2017, p. 92)

Na mesma esteira dar-se a narrativa sobre Maria Firmina dos Reis:

É por isso que eu faço  
No cordel a correção  
Que conheça a Firmina  
Um orgulho pra nação  
E que espalhem sua obra  
Que desperta o coração (ARRAES, 2017, p. 112)

E também presente na interpretação da biografia de Mariana Crioula

E assim como Mariana  
Muitas outras existiram  
Que lutaram e lideraram  
Bravamente resistiram  
Essas heroínas negras  
Na História emergiram.

Mesmo que pouco lembradas  
Elas são inspiração  
Pois nos contam a verdade  
Sobre a história da nação  
Onde os negros guerrearam  
Pela enfim libertação.

Se na escola não se ensina  
E se na TV não mostra  
Eu escrevo esse cordel  
E espalho essa proposta  
Compartilha quem entende  
E quem da verdade gosta.

Que Mariana Crioula  
Faça parte da memória  
Para toda gente negra  
Para toda nossa história  
Que seu nome se espalhe  
Pois é nossa essa vitória.

A lição é que entregar-se  
Nunca é uma opção  
Só lutar que muda a vida  
Batalhando em união  
Com o firme objetivo  
De alcançar transformação (ARRAES, 2017, p. 122)

O processo de se reconhecer, aceitar e ressignificar seus legados e valores, levam os sujeitos marcados socialmente, particularmente as mulheres negras a reinterpretar o legado africano ancestral e o passado escravo colonial. Coloca, portanto, no patamar de resistência e de novos sentidos esses que devem fazer “parte da memória/ para toda gente negra”, e as artes podem não ser apenas o veículo da mensagem mais também porta voz de uma nova esperança que “desperta o coração”. Portanto as narrativas das mulheres negras evidenciadas por Arraes (2017) recontam não apenas trajetórias, vão além, tornam-se inspirações para todas as mulheres negras do nosso país e do mundo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os escritos de Arraes (2017) buscam dar visibilidade aos marcadores sociais da diferença, apontando para o protagonismo dessas mulheres históricas. O que contribuem significativamente para o empoderamento de outras mulheres negras, como a Jarid Arraes (2017) menciona nos espaços públicos, ou nos seus depoimentos. De acordo com a autora, o seu objetivo é fortalecer outras mulheres negras a escreverem e se tornarem donas das suas histórias, entendendo que os ganhos são coletivos, assim, toda comunidade negra ganha mais um recurso na luta contra as desigualdades raciais no Brasil.

A partir de depoimentos públicos nas redes sociais, entrevistas e seus próprios escritos fica evidente que Jarid Arraes entende a sua escrita como forma de ativismo, na medida em que busca dar visibilidade às histórias de mulheres negras. Revelar que suas leitoras possam ser tocadas no texto, sentirem uma relação de empatia com as protagonistas narradas. Como também fica claro que a autora deseja que outras mulheres negras possam ser produtoras de conhecimento, não apenas objetos de pesquisa, mas protagonistas e escritoras da sua própria história.



## REFERÊNCIAS

ALVES SOBRINHO, José. **Cantadores, repentistas e poetas populares**. Campina Grande: Bagagem, 2003.

ARRAES, Jarrid. **Heroínas negras brasileiras: em 15 cordéis**. São Paulo: Polén, 2017.

AZEVEDO JUNIOR, Manoel B. e ROCHA, Simone Maria da. Heroínas negras no cordel de Jarid Arraes. In: **Anais do IV Conedu** - Congresso Nacional de Educação. João Pessoa. 2017. Disponível em [https://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO\\_EV073\\_MD1\\_SA6\\_ID4913\\_08092017153604.pdf](https://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV073_MD1_SA6_ID4913_08092017153604.pdf). Acesso em 23 de fev. 2019.

BAUER, M. W. Análise de Conteúdo Clássica: uma revisão. In: BAUER, M. W.; GASKELL (Orgs). **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som**: um manual prático. 2ª Ed Petrópolis: Vozes, 2002.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. São Paulo: nova Fronteira, 2014.

CAMPOS, Renato Accioly Carneiro. **Ideologia dos Poetas Populares do Nordeste**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1959.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1993. v.2.

\_\_\_\_\_. **Literatura e sociedade**: estudos de teoria e história literária. 6. ed. São Paulo: Nacional, 1980.

CARONE, M. A. S. **Psicologia Social do Racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis, Ed. Vozes, 2002.

CASCUDO, Luís Câmara. **Literatura oral no Brasil**. 3 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet: reflexões sobre internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed, 2003.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Edufba, 2008.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Folhetos e jornais: uma análise comparativa do ponto de vista do leitor. In: MENDES, Simone (org.) **Cordel nas Gerais**: Oralidade, Mídia e produção de sentido. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2010.

\_\_\_\_\_. **Cordel**: leitores e ouvintes. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo Afro-Latino-americano. In: **Caderno de**

**formação política do Círculo Palmarino**. n.1, Brasil. 2011. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod\\_resource/content/1/Por%20um%20feminismo%20Afro-latino-americano.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod_resource/content/1/Por%20um%20feminismo%20Afro-latino-americano.pdf). Acesso em 25 fev.2019.

\_\_\_\_\_. A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social. In: **Raça e Classe**. (5): 2, nov./dez. 1988.

HAURÉLIO, Marco. A trajetória do Cordel no Brasil, em prosa e verso. In: **Cultura Crí-ti-ca** (Revista Cultural da APROPUC-SP) nº 8. Dossiê sobre Literatura de Cordel. São Paulo, 2007.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Explosão feminista**: arte, cultura, política e universidade. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

JUNGBLUT, Airton Luiz. Práticas ciberativistas, agência social e cibercontecimento. In: **Vivência**: Revista de Antropologia. Vol. I, N. 45, Jan. Jun. 2015.

KOZINETS, Robert. V. **Netnografia**: realizando pesquisa etnográfica online. Tradução: Daniel Bueno. Porto Alegre. Penso. 2014.

LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil**: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan, IUPERJ-UCAM, 1999.

LONDRES, Maria José Fialo. **Cordel**: do encantamento às histórias de luta. São Paulo: Editora Duas Cidades, 1983.

LUGONES, Marpia. Rumo a um feminismo descolonial. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro/2014.

LUYTEN, Joseph M. **A notícia na literatura de cordel**. São Paulo: Estação Liberdade, 1992.

MATOS, Edilene Dias. Literatura de cordel: poética, corpo e voz. In: MENDES, Simone (org.). **Cordel nas Gerais**: Oralidade, Mídia e produção de sentido. Fortaleza: Expressão, 2010.

\_\_\_\_\_. **O imaginário na literatura popular em verso**. Dissertação de Mestrado em Letras, UFBA: Salvador, 1986.

MAXADO, Franklin. **O que é literatura de cordel?** São Paulo: Hedra, 2007.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil**: Identidade Nacional versus Identidade Negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2004

\_\_\_\_\_. **Negritude**: usos e sentidos. São Paulo: Ática, 2000.

RODAL, Asunción B. Introducción a La teoria feminista y contexto legislativo em

matéria de igualdad. In. \_\_\_\_\_. **Mujeres em medios: propuesta para analizar La comunicacion massiva com perspectiva de género**. Madrid, Editorial fundamentos, 2015.

RODRIGUES, Nina. Mestiçagem, degenerescência e crime. In: **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, vol. 15, número 4, out/dez, p. 1-45, 2008a.

\_\_\_\_\_. Introdução. In: **Os africanos no Brasil**. São Paulo: Madras, 2008b, p. 19-26.

SOUSA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Espectáculos das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

TERRA, Ruth Brito Lemos. **Memória de luta**: primórdios da literatura de folhetos no nordeste (1893-1930). São Paulo: Global, 1983

ZAGO, Gabriela da Silva. Dos Blogs aos Microblogs: Aspectos Históricos, Formatos e Características. **Revista Íterim**. Curitiba/PR. Vol. 9, n.1, jan./jun. 2010.